



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

**ATA DA 65ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

1 Aos seis dias do mês de junho de 2019, às treze horas e quarenta e um minutos, no Campus das  
2 Auroras, em Redenção/CE, mediante prévia convocação, realizou-se a 65ª sessão ordinária do  
3 Conselho Universitário, sob a presidência da Senhora Vice-Reitora, **Andrea Gomes Linard**, e com  
4 a presença dos seguintes conselheiros: **Thiago Moura de Araújo** (Diretor do Instituto de Ciências  
5 da Saúde); **George Leite Mamede** (Diretor do Instituto de Engenharias e Desenvolvimento  
6 Sustentável); **Lívia Paulia Dias Ribeiro** (Diretora do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza);  
7 **Rosalina Semedo de Andrade Tavares** (Diretora do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas);  
8 **Carlos Henrique Lopes Pinheiro** (Diretor do Instituto de Humanidades); **Cláudia Ramos Carioca**  
9 (Diretora do Instituto de Linguagens e Literaturas); **Igor Ximenes Graciano** (Diretor Interino do  
10 Instituto de Humanidades e Letras do Campus dos Malês), presente por videoconferência; **Mírian**  
11 **Sumica Carneiro Reis** (Diretora do Campus dos Malês), presente por videoconferência; **Maria**  
12 **Cristiane Martins de Souza** (Diretora do Instituto de Educação a Distância); **Anne Fayma Lopes**  
13 **Chaves** (representante docente do Instituto de Ciências da Saúde); **Carlos Airton Uchoa Sales**  
14 **Gomes** (representante docente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas); **João Francisco da**  
15 **Silva Filho** (representante docente do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza); **Segone**  
16 **Ndangalila Cossa** (suplente da representante docente do Instituto de Humanidades); **Eliane**  
17 **Gonçalves da Costa** (representante docente do Instituto de Humanidades e Letras do Campus  
18 dos Malês), presente por videoconferência; **Silvani Silva de Almeida**, presente por  
19 videoconferência, **Antônio Luciano Moraes Melo Filho**, **Cantídio Guilherme Studart Guimarães**  
20 **Filho**, **Rafaele Cavalcante Dias Gomes** e **Paulo César Farias Lima**, pela representação dos  
21 Servidores Técnico-Administrativos em Educação; **Arsénio Vieira**, presente por  
22 videoconferência, **Alexandrino Moreira Lopes** e **Francisca Tainara Eugênio da Silva** (suplente),  
23 pela representação discente; **José Cleiton Sousa dos Santos**, **Carlos Mendes Tavares** (suplente),  
24 **Joserlan Perote da Silva** e **Ana Cristina Cunha** (suplente), pela representação docente.  
25 Conselheiros ausentes: Francisco Nildo da Silva (Diretor do Instituto de Desenvolvimento Rural);  
26 Antonio Marcelo Cavalcanti Novaes (representante docente do Instituto de Desenvolvimento  
27 Rural); Sley Micaely Santos da Silva (representante discente). Justificaram sua ausência à sessão:  
28 Senhor Reitor, Alexandre Cunha Costa; Fábio Fernandes Torres e suplente (representantes  
29



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

30 docentes do Instituto de Linguagens e Literaturas) e; Fábio Baqueiro Figueiredo (representante  
31 docente). Encontra-se vaga a representação docente do Instituto de Engenharias e  
32 Desenvolvimento Sustentável. **I. ABERTURA DOS TRABALHOS.** Havendo quórum regulamentar,  
33 a Senhora Presidente cumprimentou os presentes, declarou aberta a sessão e deu boas-vindas à  
34 nova conselheira, Anne Fayma Lopes Chaves, representante docente do Instituto de Ciências da  
35 Saúde. A seguir, colocou em votação a participação do discente Aparício Marques Vieira, com  
36 direito a voz, mas não a voto, a qual foi aprovada por unanimidade. Ficou acordado que o  
37 Diretório Central dos Estudantes encaminhará formalmente a nomeação do discente Aparício  
38 Marques Vieira como novo Conselheiro do Consuni. **II. APROVAÇÃO DA ATA.** A seguir, a Senhora  
39 Presidente, após informar que foi distribuída aos Conselheiros a ata da 64ª sessão ordinária do  
40 Consuni, submete-a a discussão e, não havendo manifestações, com anuênciia do plenário,  
41 colocou em votação o documento, que foi aprovado por unanimidade. **III. ORDEM DO DIA. 1.**  
42 **Processos de progressão funcional aprovados *ad referendum*.** A Senhora Presidente apresentou  
43 os processos de progressão funcional aprovados *ad referendum* do Conselho Universitário, a  
44 saber: a) Progressão Funcional, de Professor Adjunto nível III para Adjunto nível IV, da docente  
45 Carla Susana Alem Abrantes. Processo nº 23282.012994/2018-21; b) Promoção Funcional, de  
46 Professor Adjunto nível IV para Associado nível I, da docente Ligia Maria Carvalho Sousa Cordeiro.  
47 Processo nº 23282.000378/2019-16; c) Progressão Funcional, de Professor Adjunto nível I para  
48 Adjunto nível II, da docente Luma Nogueira de Andrade. Processo nº 23282.013090/2018-12. d)  
49 Progressão Funcional, de Professor Adjunto A nível I para Adjunto A nível II, da docente Janaina  
50 Campus Lobo. Processo nº 23282.013087/2018-07; e) Progressão Funcional, de Professor  
51 Adjunto A nível I para Adjunto A nível II, da docente Jacqueline da Silva Costa. Processo nº  
52 23282.000487/2019-25; f) Progressão Funcional, de Professor Adjunto nível I para Adjunto nível  
53 II, do docente Jober Fernando Sobczak. Processo nº 23282.000179/2019-08; g) Promoção  
54 Funcional, de Professor Auxiliar A nível II para Assistente B nível I, do docente Carlos Airton Uchoa  
55 Sales Gomes. Processo nº 23282.001685/2019-14. Não havendo manifestações e com a anuênciia  
56 dos Conselheiros, a Presidência colocou em votação o bloco das aprovações *ad referendum* do  
57 Conselho Universitário, que foi homologado pelo Plenário, registrando-se a abstenção do  
58 interessado no item g. **2. Avaliações de estágio probatório aprovadas *ad referendum*.** A Senhora



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

59 Presidente apresentou os processos de avaliação de estágio probatório aprovados *ad referendum* do Conselho Universitário, a saber: a) Aprovação em estágio probatório da docente  
60 Camila Maria Marques Peixoto. Processo nº 23282.000450/2019-05; b) Aprovação em estágio  
61 probatório da docente Cinthia Marques Magalhães Paschoal. Processo nº 23282.001063/2019-  
62 88; c) Aprovação em estágio probatório da docente Janaina Barbosa Almada. Processo nº  
63 23282.001422/2019-05; d) Aprovação em estágio probatório do docente Ruben Maciel Franklin.  
64 Processo nº 23282.000873/2019-17. Não havendo manifestações e com a anuência dos  
65 Conselheiros, a Presidência colocou em votação o bloco das aprovações *ad referendum* do  
66 Conselho Universitário, que foi homologado por unanimidade pelo Plenário. **3. Homologação da**  
67 **Resolução nº 16/2019/CONSUNI, de 15 de abril de 2019, que aprova, *ad referendum* do**  
68 **Conselho Universitário, a criação do curso, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Interno**  
69 **do Programa de Pós-graduação stricto sensu, Mestrado Profissional em Ensino História**  
70 **(PROFHISTÓRIA), do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da**  
71 **Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab. Processo nº 23282.002135/2019-12. Relatora: Maria**  
72 **Cristiane Martins de Souza;** **4. Homologação da Resolução nº 17/2019/CONSUNI, de 15 de abril**  
73 **de 2019, que aprova, *ad referendum* do Conselho Universitário, a Proposta de Adesão da**  
74 **Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab ao Programa de**  
75 **Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Ensino História em Rede Nacional (PROFHISTÓRIA).**  
76 **Processo nº 23282.002133/2019-15. Relatora: Maria Cristiane Martins de Souza.** Por se  
77 tratar de matérias correlatas, os processos foram apreciados em bloco. A Senhora Presidente  
78 passou a palavra à relatora, Maria Cristiane Martins de Souza, que apresentou a matéria ao  
79 plenário e destacou que a aprovação *ad referendum* se deu considerando a relevância do curso  
80 e o prazo para concorrer ao edital. Em complemento, pontuou seu parecer favorável ao pleito.  
81 Não havendo manifestações e com a anuência dos Conselheiros, a Presidência colocou em  
82 votação o bloco das aprovações *ad referendum* do Conselho Universitário, que foi homologado  
83 por unanimidade pelo Plenário. **5. Homologação da Resolução nº 18/2019/CONSUNI, de 15 de**  
84 **abril de 2019, que aprova, *ad referendum* do Conselho Universitário, a criação do curso, o**  
85 **Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação stricto**  
86 **sensu do Mestrado Acadêmico em Educação das Relações Étnico-Raciais – Brasil/África do**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

88   **Instituto de Humanidades (IH) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-**  
89   **Brasileira (Unilab). Processo nº 23282.002032/2019-44. Relatora: Mírian Sumica Carneiro Reis.**  
90   A Senhora Presidente passou a palavra à relatora do processo, Profa. Mírian Sumica Carneiro  
91   Reis, que apresentou a matéria e destacou os pareceres favoráveis emitidos pela Pró-Reitoria de  
92   Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - Consepe.  
93   Em complemento, pontuou seu parecer favorável ao pleito. Não havendo manifestações e com  
94   a anuência dos Conselheiros, a Presidência colocou em votação a aprovação *ad referendum* do  
95   Conselho Universitário, que foi homologada por unanimidade pelo Plenário. Houve inversão dos  
96   pontos da pauta considerando a ausência de relatores. **6. Homologação da Resolução nº**  
97   **24/2019/CONSUNI, de 2 de maio de 2019, que aprova a criação do curso, o Projeto Político-**  
98   **Pedagógico e o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação stricto sensu Mestrado em**  
99   **Estudos de Linguagens: Contextos Lusófonos Brasil-África, do Instituto de Humanidades e**  
100   **Letras do Campus dos Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-**  
101   **Brasileira - Unilab. Processo nº 23804.000240/2019-72. 7. Homologação da Resolução nº**  
102   **26/2019/CONSUNI, de 8 de maio de 2019, que reedita, com alterações, ad referendum do**  
103   **Conselho Universitário, a Resolução nº 24/2019/CONSUNI, de 6 de maio de 2019, que aprova**  
104   **a criação do curso, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Interno do Programa de Pós-**  
105   **Graduação stricto sensu Mestrado em Estudos de Linguagens: Contextos Lusófonos Brasil-**  
106   **África, do Instituto de Humanidades e Letras do Campus dos Malês da Universidade da**  
107   **Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab. Processo nº**  
108   **23804.000240/2019-72. 8. Homologação da Resolução nº 28/2019/CONSUNI, de 14 de maio de**  
109   **2019, que reedita, com alterações, ad referendum do Conselho Universitário, a Resolução nº**  
110   **26/2019/CONSUNI, de 8 de maio de 2019, que aprova a criação do curso, o Projeto Político-**  
111   **Pedagógico e o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação stricto sensu Mestrado em**  
112   **Estudos de Linguagens: Contextos Lusófonos Brasil-África, do Instituto de Humanidades e**  
113   **Letras do Campus dos Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-**  
114   **Brasileira - Unilab. Processo nº 23804.000240/2019-72. Relator: Carlos Henrique Lopes**  
115   **Pinheiro. A palavra foi passada ao relator dos processos, Prof. Carlos Henrique Lopes Pinheiro,**  
116   **que apresentou o assunto ao Plenário. Segundo o relator, a proposta foi encaminhada à PROPPG**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

117 no mês de março de 2019, que executou a análise e realizou algumas considerações, que  
118 posteriormente foram acatadas pela Comissão responsável por sua elaboração. Os documentos  
119 também deveriam ser analisados pelo Consepe e, em seguida, pelo Conselho Universitário, no  
120 entanto, em razão do prazo para submissão da proposta, o curso e suas documentações foram  
121 aprovados *ad referendum* do Consuni. Em complemento, o relator pontuou seu parecer favorável  
122 ao pleito. Não havendo manifestações e com a anuência dos Conselheiros, a Presidência colocou  
123 em votação o bloco das aprovações *ad referendum* do Conselho Universitário, que foi  
124 homologado por unanimidade pelo Plenário. **9. Processo de progressão funcional:**  
125 **23282.002077/2019-19 – Progressão Funcional, de Professor Adjunto nível I para Adjunto nível**  
126 **II, do docente Jeferson Falcão do Amaral.** A Senhora Presidente apresentou o processo e colocou  
127 a matéria em discussão. Não havendo manifestações e com a anuência dos Conselheiros, a  
128 Presidência colocou em votação a Progressão Funcional, de Professor Adjunto nível I para  
129 Adjunto nível II, do docente Jeferson Falcão do Amaral, que recebeu aprovação unânime do  
130 Plenário. **10. Avaliação em estágio probatório: 23282.002930/2019-01 – Aprovação em estágio**  
131 **probatório do docente Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra.** A Senhora Presidente apresentou o  
132 processo e colocou a matéria em discussão. Não havendo manifestações e com a anuência dos  
133 Conselheiros, a Presidência colocou em votação a aprovação em estágio probatório do docente  
134 Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra, que recebeu aprovação unânime do Plenário. A partir da  
135 chegada dos demais relatores dos pontos de pauta, o expediente passou a seguir a ordem  
136 preestabelecida. **11. Homologação da Resolução nº 23/2019/CONSUNI, de 2 de maio de 2019,**  
137 **que aprova a criação do curso, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Interno do**  
138 **Programa de Pós-Graduação lato sensu da Especialização em Soberania e Segurança Alimentar**  
139 **e Nutricional, na modalidade a distância, do Instituto de Desenvolvimento Rural da**  
140 **Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab. Processo nº**  
141 **23282.002191/2019-49;** **12. Homologação da Resolução nº 25/2019/CONSUNI, de 8 de maio de**  
142 **2019, que reedita, com alterações, ad referendum do Conselho Universitário, a Resolução nº**  
143 **23/2019/CONSUNI, de 6 de maio de 2019, que aprova a criação do curso, o Projeto Político-**  
144 **Pedagógico e o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação lato sensu da Especialização**  
145 **em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, na modalidade a distância, do Instituto de**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

146     **Desenvolvimento Rural da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-**  
147     **Brasileira - Unilab. Processo nº 23282.002191/2019-49; 13. Homologação da Resolução nº**  
148     **27/2019/CONSUNI, de 14 de maio de 2019, que reedita, com alterações, *ad referendum* do**  
149     **Conselho Universitário, a Resolução nº 25/2019/CONSUNI, de 8 de maio de 2019, que aprova**  
150     **a criação do curso, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Interno do Programa de Pós-**  
151     **Graduação lato sensu da Especialização em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, na**  
152     **modalidade a distância, do Instituto de Desenvolvimento Rural da Universidade da Integração**  
153     **Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab. Processo nº 23282.002191/2019-49.**

154     **Relator: George Leite Mamede.** A palavra foi passada ao relator, Prof. George Leite Mamede,  
155     que apresentou as matérias ao Plenário. De acordo com o relator, tratava-se de uma proposta  
156     de curso na modalidade de educação a distância, que foi formalizada pelo Instituto de  
157     Desenvolvimento Rural – IDR, cujo objetivo é oferecer formação especializada na área da  
158     Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional para que os egressos atuem em equipes  
159     intersetoriais de gestão e formação de Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional,  
160     estruturando e orientando atividades da gestão municipal junto às comunidades. A proposta foi  
161     criada no contexto de uma parceria entre a Unilab, a Universidade Estadual Paulista – Unesp e o  
162     Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC. Serão ofertadas 50 vagas  
163     a serem distribuídas para três países envolvidos, sendo 20 vagas para o Brasil, 15 vagas para Cabo  
164     Verde e 15 vagas para São Tomé e Príncipe. A proposta, após aprovação pelo Conselho de  
165     Unidade Acadêmica, foi encaminhada ao Instituto de Educação a Distância para análise e, em  
166     seguida, à PROPPG para manifestação. Dada as restrições de prazo para cadastro de novas  
167     propostas na Plataforma Sucupira, a PROPPG solicitou a aprovação do Consuni em caráter de  
168     urgência. Com a palavra, o Conselheiro Alexandrino Moreira Lopes perguntou ao relator sobre a  
169     ausência dos demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa na distribuição de  
170     vagas. Em resposta, o relator informou que o curso foi concebido a partir de uma parceria com a  
171     Unesp, que já possuía convênio com Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. O objetivo é estender a  
172     oferta de vagas para os demais países parceiros da Unilab. Após as manifestações e com a  
173     anuência dos Conselheiros, a Presidência colocou em votação o bloco das aprovações *ad*  
174     *referendum* do Conselho Universitário, que foi homologado pelo Plenário, registrando-se um



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

voto contrário. A seguir, a Presidência informou que recebeu um pedido para que fosse realizado o levantamento das ausências do Conselheiro Carlos Airton Uchoa Sales Gomes. Considerando a impossibilidade de atendimento do pedido durante a sessão, a Senhora Presidente propôs que o Conselheiro pudesse permanecer na sessão, com direito à voz, mas não a voto, até que a Secretaria dos Órgãos de Deliberação Superior – SODS realizasse o levantamento das ausências. O Conselheiro Carlos Airton Uchoa Sales Gomes ponderou que se opunha ao encaminhamento e informou que suas ausências ocorreram por motivos de saúde e férias. Em complemento, informou que comunicou previamente suas férias e que suas licenças foram publicizadas por meio de Portarias da Reitoria. O Conselheiro Carlos Henrique Lopes Pinheiro ponderou que seria imprudente deliberar sobre o direito a voto do Conselheiro Carlos Airton Uchoa Sales Gomes, considerando suas justificativas e a fé pública. A Conselheira Lívia Paulia Dias Ribeiro informou que a solicitação partiu de sua pessoa, considerando a saída da representante discente Silvana da Silva Santana de Almeida, que perdeu o mandato por ausência às sessões do Consuni, e os registros em ata da ausência do Conselheiro sem a devida justificativa. Em complemento, ponderou que seu pedido foi realizado para garantir que as decisões do Plenário sejam legais e que não haja questionamentos futuros. Com a palavra, a Presidência informou que as datas das sessões do Consuni nas quais constavam a ausência do Prof. Carlos Airton Uchoa Sales Gomes serão encaminhadas ao Conselheiro para manifestação e que a Secretaria verificará as atas e realizará as devidas correções das ausências justificadas, as quais, posteriormente, serão apresentadas ao Consuni. Por fim, em nome da SODS, a Senhora Presidente informou: a) de acordo com o Regimento Geral da Unilab, é da competência dos Conselheiros comunicar sua ausência; b) as faltas são contabilizadas a cada ano, não sendo cumulativa de um ano para o outro. **14. Proposta de Resolução Complementar que normatiza o funcionamento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe. Processo nº 23282.000698/2019-68. Relatora: Andrea Gomes Linard.** (Matéria que requer o quórum qualificado de 2/3 para aprovação – 22 votos favoráveis. Estavam presentes no momento da discussão da matéria 27 Conselheiros). A Senhora Presidente informou que está ausente no texto do Estatuto o artigo que trata do funcionamento do Consepe. Essa situação motivou a necessidade de normatizar por Resolução Complementar o funcionamento do órgão no tocante aos meses de sessão ordinária. A minuta



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

204 de Resolução presente nos autos propõe que o colegiado reúna-se, ordinariamente, nos meses  
205 de fevereiro, abril, junho, setembro e novembro e, extraordinariamente, quando for convocado  
206 pelo seu Presidente com maioria absoluta de seus membros. A proposta desses meses  
207 considerou a ideia de alternar em meses distintos as sessões do Consuni e do Consepe. A seguir,  
208 a matéria foi colocada em discussão. Com a palavra, o Conselheiro Antônio Luciano Morais Melo  
209 Filho manifestou sua preocupação quanto ao funcionamento do Consepe, considerando que o  
210 órgão não possui Regimento Interno que norteie certas questões como as convocações,  
211 ausências e destituições de Conselheiros. A Conselheira Lívia Paulia Dias Ribeiro destacou que o  
212 Ministério da Educação – MEC encaminhou sugestões para o Estatuto da Unilab dando mais  
213 competências ao Consepe. Umas das sugestões é delegar ao Consepe a responsabilidade de  
214 aprovar a criação de cursos. Considerando a relevância e autonomia do órgão, a Conselheira  
215 ponderou que seria prudente ter o funcionamento do Conselho detalhado em forma de  
216 Regimento Interno e destacou a fala do Corregedor da Unilab que, em reunião com os Diretores,  
217 relatou casos em que Conselheiros de órgãos de outras Instituições Federais foram multados por  
218 tomarem decisões inadequadas. O Regimento Interno daria maior segurança na tomada de  
219 decisões do Consepe e resguardaria a Unilab e os conselheiros do órgão. Por fim, a Conselheira  
220 sugeriu a devolução da pauta para que possam reformular a Minuta de Resolução ou produzirem  
221 o Regimento Interno do colegiado, incluindo a dinâmica das reuniões, os meses de realização das  
222 sessões, de modo que o órgão passe a ter suas regras bem estabelecidas. Após as manifestações,  
223 a Presidência realizou o seguinte encaminhamento: em atenção as ponderações, o Conselho  
224 Universitário devolverá o processo para complementação e detalhamento sobre o  
225 funcionamento do órgão, e sugerirá que o Consepe elabore seu próprio Regimento Interno. O  
226 Plenário concordou com a proposta e o processo foi retirado de pauta. **15. Proposta de**  
**Resolução Complementar que normatiza o funcionamento da Câmara de Graduação. Processo**  
**nº 23282.001091/2019-03.** **16. Proposta de Resolução Complementar que normatiza o**  
**funcionamento da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação. Processo nº 23282.001164/2019-59.**  
**17. Proposta de Resolução Complementar que normatiza o funcionamento da Câmara de**  
**Extensão. Processo nº 23282.001167/2019-92. Relatora: Andrea Gomes Linard.** (Matéria que  
232 requer o quórum qualificado de 2/3 para aprovação – 22 votos favoráveis. Estavam presentes no



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

233 momento da discussão da matéria 27 Conselheiros). A Senhora Presidente destacou as  
234 semelhanças dos órgãos e a seguir pontuou as especificidades. A Câmara de Graduação seria  
235 composta pelo(a) Pró-reitor(a) de Graduação, por 03 Coordenadores de Cursos de Graduação,  
236 por 03 docentes, 01 discente e 01 servidor técnico-administrativo. A Câmara de Pesquisa e Pós-  
237 Graduação seria composta pelo(a) Pró-reitor(a) de Pesquisa e Pós-Graduação, por 03  
238 Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação, por 03 docentes, 01 discente, preferencialmente  
239 da pós-graduação, e 01 servidor técnico-administrativo. A Câmara de Câmara de Extensão, Arte  
240 e Cultura seria composta pelo(a) Pró-reitor(a) de Câmara de Extensão, Arte e Cultura, por 03  
241 Coordenadores de Projetos de Extensão, por 03 docentes, 01 discente e 01 servidor técnico-  
242 administrativo. A Senhora Presidente também informou que foram realizadas alterações de  
243 ordem textual nas minutas de Resolução que dispõem sobre a Câmara de Extensão, Arte e  
244 Cultura e de Pesquisa e Pós-Graduação para que houvesse coesão entre os textos das duas  
245 câmaras e a proposta da minuta da Câmara de Graduação. A seguir, as matérias foram colocadas  
246 em discussão. A Conselheira Lívia Paulia Dias Ribeiro sugeriu alteração no art. 4º das minutas:  
247 incluir a possibilidade de que a maioria absoluta dos membros das câmaras possam convocar  
248 sessões extraordinárias e que 1/3 dos membros possam requerê-las. A Conselheira também  
249 destacou que na minuta do Regimento do Conselho Administrativo já consta o requerimento por  
250 1/3 e convocação pela maioria absoluta quando o Presidente negar a convocação. O Conselheiro  
251 João Francisco da Silva Filho sugeriu a supressão do termo “colegiado” nas minutas de Resolução.  
252 Após as manifestações, com a anuência do Plenário, a Senhora Presidente informou que,  
253 primeiramente, seriam votados os Pareceres, os quais eram favoráveis ao pleito e, em seguida,  
254 seriam votados os destaques dos Conselheiros. Os pareceres da relatora, em regime de votação,  
255 não foram aprovados pelo Plenário, pois não atingiram a quantidade de votos necessários.  
256 Registraram-se 11 abstenções, 16 votos favoráveis, 0 votos contrários. Os destaques dos  
257 Conselheiros não foram avaliadas pois a matéria foi rejeitada. **18. Proposta de alteração do**  
258 **Estatuto da Unilab conforme apontamentos encaminhados pelo Ministério da Educação.**  
259 **Processo nº 23282.000578/2015-37. Relatora: Andrea Gomes Linard.** (Matéria que requer o  
260 quórum qualificado de 2/3 para aprovação – 22 votos favoráveis. Estavam presentes no  
261 momento da discussão da matéria 27 Conselheiros). A Senhora Presidente informou que foi



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

262 proposta nos autos do processo a alteração do Estatuto da Unilab com base em comunicação da  
263 Coordenação-Geral de Assuntos Internacionais da Educação Superior – CGLNES realizada por  
264 meio do Ofício nº 1556/2019/CGLNES/GAB/SESU/SESU-MEC. No referido Ofício, a CGLNES  
265 recomenda alteração do Estatuto em seus arts. 2º, 8º, 11, 18 e 22. A Comissão constituída pela  
266 portaria GR nº 1022, de 20 de setembro de 2018, e suas alterações, reuniu-se em reservado no  
267 dia 3 de junho de 2019 para apreciação da matéria. No art. 2º foi alterado o seu caput. Os arts.  
268 8º e 11 foram condensados e deslocados em atenção ao Parecer CNE/CES nº 282/2002. Nos arts.  
269 18 e 22 foram realizadas mudanças no sentido de transferir do Consuni para o Consepe as  
270 atribuições decisórias referentes aos assuntos: carreira docente, criação, modificação e extinção  
271 de cursos. Além dessas atribuições, o Consepe também passará a decidir a respeito dos  
272 expedientes relacionados a ampliação e diminuição de vagas, elaboração da programação dos  
273 cursos, programação das pesquisas e das atividades de extensão. As modificações nos arts. 18 e  
274 22 são em cumprimento ao art. 53, § 1º, da Lei nº 9.394/1996. A Senhora Presidente destacou  
275 que, após todas as alterações aprovadas pela comissão em 3 de junho de 2019, a Presidência da  
276 Comissão atribuiu nova numeração aos 105 artigos do estatuto, atualizou a numeração do  
277 sumário do documento e elaborou a minuta de Resolução Complementar. Não havendo  
278 manifestações e com a anuência dos Conselheiros, a Presidência colocou em votação a proposta  
279 de alteração do Estatuto da Unilab, que foi aprovada por unanimidade pelo Plenário. **19.**  
280 **Recomposição/adequação do Conselho da Unidade Acadêmica do Instituto de Ciências da**  
281 **Saúde. Processo nº 23282.005840/2018-97. Relator: José Cleiton Sousa dos Santos.** A palavra  
282 foi passada ao relator do processo para apresentação da matéria. O Conselheiro José Cleiton  
283 Sousa dos Santos destacou que o Diretor do Instituto de Ciências da Saúde – ICS, Prof. Thiago  
284 Moura de Araújo, enviou o processo nº 23282.005840/2018-97 ao Conselho Universitário  
285 solicitando a aprovação da nova composição do Conselho de Unidade Acadêmica do ICS, de  
286 acordo com o Estatuto vigente, considerando a criação do Curso de Graduação em Farmácia, por  
287 meio da Portaria GR nº 137, de 29 de março de 2019. Nos autos do processo foi solicitada  
288 também a revogação da Resolução nº 16/2018/ CONSUNI, de 15 de junho de 2018, e informada  
289 a nova composição do Conselho de Unidade Acadêmica do ICS, a saber: Diretor(a); Vice-  
290 Diretor(a); Coordenador(a) do Curso de Graduação em Enfermagem; Coordenador(a) do Curso



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

291 de Graduação em Farmácia; Coordenador(a) do Curso de Mestrado em Enfermagem;  
292 Representante docente (03 membros); Representante discente (01 membro); Representante  
293 Técnico-administrativos (01 membro). Não havendo manifestações e com a anuência dos  
294 Conselheiros, a Presidência colocou em votação a proposta de recomposição do Conselho da  
295 Unidade Acadêmica do Instituto de Ciências da Saúde, que foi aprovada por unanimidade pelo  
296 Plenário. **20. Composição do Conselho da Unidade Acadêmica do Instituto de Humanidades.**  
297 **Processo nº 23282.001061/2019-99. Relatora: Mírian Sumica Carneiro Reis.** A palavra foi  
298 passada à relatora, que apresentou a matéria, destacando sua proposição de alteração da minuta  
299 que trata da composição do Conselho da Unidade Acadêmica do Instituto de Humanidades. No  
300 inciso XVIII, onde se lê: “02 (dois) representantes dos estudantes de graduação e/ou pós-  
301 graduação stricto sensu, eleitos por seus pares com os respectivos suplentes”, que se  
302 considerasse a participação obrigatória de “estudantes de graduação e de pós-graduação stricto  
303 sensu, eleitos por seus pares com os respectivos suplentes, respeitada a proporção de até 15%  
304 (quinze por cento) dos membros do Conselho”, conforme versa o inciso VIII, art. 48, do Estatuto  
305 da Unilab. A relatora deu parecer favorável à matéria, mediante retificação do inciso XIII. O  
306 Conselheiro Carlos Henrique Lopes Pinheiro esclareceu que o texto, como foi proposto pelo  
307 Instituto de Humanidades, estava de acordo com a quantidade estabelecida pelo Estatuto de até  
308 15% para a representação discente, considerando o total de membros do Conselho. Após ampla  
309 discussão e com a anuência do Plenário, a Senhora Presidente colocou o Parecer da relatora em  
310 votação. Foram registrados 8 votos favoráveis, 13 votos contrários e 2 abstenções. A matéria foi  
311 rejeitada pelo Plenário. **21. Alteração do Regimento Interno do Comitê Gestor de Tecnologia da**  
312 **Informação – CGTI. Processo nº 23282.012311/2018-35. Relatora: Maria Cristiane Martins de**  
313 **Souza.** A Senhora Presidente passou a palavra à relatora, que apresentou a matéria ao plenário  
314 e destacou que as alterações no Regimento Interno do CGTI foram para incluir o Instituto de  
315 Educação a Distância - IEAD e a Superintendência de Gestão de Pessoas – SGP, bem como para  
316 excluir da composição do Comitê a Auditoria Interna, a pedido da própria Auditoria. Não havendo  
317 manifestações e com a anuência dos Conselheiros, a Presidência colocou em votação a proposta  
318 de alteração do Regimento Interno do CGTI, que foi aprovada por unanimidade pelo Plenário.  
319 **22. Indicação de membros da categoria dos servidores técnico-administrativos em educação**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

320   **para compor o Conselho Gestor do Sistema de Bibliotecas da Unilab - Sibiuni. Documento nº**  
321   **23282.003369/2019-79. Relator: Carlos Airton Uchoa Sales Gomes.** A palavra foi passada ao  
322   relator do processo, que apresentou o assunto ao Plenário. De acordo com o relator, o processo  
323   trata da indicação de membros da categoria dos servidores técnico-administrativos em educação  
324   para compor o Conselho Gestor do Sibiuni, em observação ao disposto no inciso IX, art. 11, da  
325   Resolução nº 34/2018/CONSUNI, que trata da regulamentação do Sistema de Bibliotecas da  
326   Unilab. O Sistema de Biblioteca, por meio de decisão da categoria dos servidores TAES, indicou  
327   os nomes de Ana Hérica Brasil Figueiredo (titular), Carlos Eduardo Barbosa (titular), Fábio Paulino  
328   (suplente) e Francisco de Assis Silveira (suplente), para que o Conselho Universitário  
329   referendasse a indicação. Não havendo manifestações e com a anuência dos Conselheiros, a  
330   Presidência colocou em votação a homologação dos nomes dos servidores TAES, que foi  
331   aprovada por unanimidade pelo Plenário. A seguir, a Senhora Presidente informou que o próximo  
332   ponto de pauta necessitaria de quórum qualificado para aprovação. **23. Minuta que regulamenta**  
333   **o funcionamento do Instituto de Educação a Distância - IEAD. Processo nº 23282.005822/2018-**  
334   **98. Relatora: Maria Cristiane Martins de Souza.** (Matéria que requer o quórum qualificado de  
335   2/3 para aprovação – 22 votos favoráveis. Estavam presentes no momento da discussão da  
336   matéria 23 Conselheiros). A Senhora Presidente passou a palavra à relatora, que apresentou a  
337   matéria ao plenário e destacou que o documento tratava da institucionalização da educação a  
338   distância na Unilab. A relatora também mencionou a iminente visita dos avaliadores do  
339   Ministério da Educação e que a aprovação do documento seria um ponto positivo na avaliação  
340   do MEC sobre a Universidade. A seguir, com a matéria em discussão, a Conselheira Rosalina  
341   Semedo de Andrade Tavares observou que, a partir da estrutura do IEAD, seria um ponto  
342   relevante a oferta de cursos de graduação e pós-graduação pelo próprio Instituto. Em resposta,  
343   a relatora informou que o IEAD foi criado como Unidade Especial e que, de acordo com o  
344   Estatuto, não pode gerir sozinha um curso de graduação e expedir diploma. Considerando a  
345   relevância da matéria, a Conselheira Cláudia Ramos Carioca propôs que a matéria fosse colocada  
346   em votação de modo nominal. Após ampla discussão e com a anuência do Plenário, a Senhora  
347   Presidente colocou em votação a minuta que regulamenta o funcionamento do Instituto de  
348   Educação a Distância. Registraram-se 16 votos a favor, 7 abstenções e 0 votos contrários.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

349 Votaram a favor: Andrea Gomes Linard, Thiago Moura de Araújo, George Leite Mamede, Carlos  
350 Henrique Lopes Pinheiro, Cláudia Ramos Carioca, Mírian Sumica Carneiro Reis, Maria Cristiane  
351 Martins de Souza, Anne Fayma Lopes Chaves, Carlos Airton Uchoa Sales Gomes, João Francisco  
352 da Silva Filho, Segone Ndangalila Cossa, Paulo César Farias Lima, Alexandrino Moreira Lopes,  
353 Arsénio Vieira, José Cleiton Sousa dos Santos e Joserlan Perote da Silva. Abstiveram-se: Lívia  
354 Paulia Dias Ribeiro, Rosalina Semedo de Andrade Tavares, Igor Ximenes Graciano, Eliane  
355 Gonçalves da Costa, Antônio Luciano Morais Melo Filho, Silvani Silva de Almeida e Francisca  
356 Tainara Eugênio da Silva. A matéria não foi aprovada pois a quantidade de votos necessários não  
357 foi atingida. Em razão do horário, os outros pontos previstos em pauta não foram discutidos. **V.**  
358 **ENCERRAMENTO DA SESSÃO.** Não havendo outras manifestações, a Senhora Presidente  
359 encerrou a sessão às dezessete horas e vinte minutos. Para constar, eu, João Felipe Rodrigues do  
360 Nascimento, Secretário do Conselho Universitário, lavrei a presente ata, assinada por mim, a qual  
361 depois de lida e aprovada será assinada pelos Conselheiros.

**APROVAÇÃO DA ATA DA 65<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

**APROVAÇÃO DA ATA DA 65<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**